política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Listas de boicote na mira



THIAGO CRISTINO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Com forte adesão da bancada federal gaúcha do PT - Maria do Rosário, Bohn Gass, Denise Pessôa, Marcon, Paulo Pimenta e Alexandre Lindenmeyer - o deputado federal Pedro Uczai (PT-SC) apresentou projeto de lei para criminalizar a perseguição econômica motivada por posição eleitoral. O texto prevê pena de reclusão de dois a cinco anos para quem "elaborar, organizar, divulgar ou compartilhar" cadastros e relações que identifiquem pessoas por sua "convicção política ou ideológica" com o fim de "promover ou estimular sua dispensa" ou o "boicote a seus produtos e serviços". A matéria é uma reação legislativa direta às eleições de 2026. Segundo a justificativa, logo após o segundo turno, "multiplicaram-se, em municípios de diversas unidades da Federação, listas nominais de comerciantes, profissionais liberais e trabalhadores" marcados para sofrerem retaliação financeira.

MPF e os boicotes

O Ministério Público Federal (MPF) também fechou o cerco contra as "listas de boicote" político que circularam na Região Sul após as eleições. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) oficiou os procuradores-gerais de Justiça do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná cobrando informações sobre inquéritos cíveis e criminais que apuram a difusão de relações nominais expondo comerciantes, profissionais liberais e autônomos por alinhamento partidário. O procurador federal Paulo Thadeu Gomes da Silva alertou que a conduta não tem respaldo na liberdade de expressão. Segundo ele, tentar expor e penalizar economicamente cidadãos em virtude de suas convicções "afronta diretamente os pilares estruturantes da República".

Ofensiva contra a PF

O deputado federal gaúcho Sanderson (PL) apresentou requerimento convocando o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O motivo são as recentes declarações do deputado Jilmar Tatto (PT-SP), que afirmou na tribuna "possuir informações da Polícia Federal de que diversas pessoas ligadas ao bolsonarismo seriam presas". Sanderson exige explicações sobre a "origem, a natureza e a eventual existência de informações" antecipadas a parlamentares governistas e questiona os "critérios objetivos, legais e impessoais" da corporação. Na justificativa, o parlamentar gaúcho cobra do governo "medidas institucionais destinadas a assegurar que parlamentares da oposição não sejam objeto de perseguição política, intimidação ou tratamento discriminatório".

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.
SKO OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade
www.sko.com.br | 51 3342.9323

Flávio Bolsonaro participa de culto evangélico na Flórida

Senador faz sua primeira aparição pública após saída do Brasil

/ PARTIDOS

Derrotado nas eleições presidenciais deste ano, o senador Flávio Bolsonaro (PL) fez neste domingo sua primeira aparição pública desde que fugiu para os EUA. Ele participou de um culto evangélico ao lado do irmão, Eduardo Bolsonaro (PL), no estado da Flórida.

O senador, que também estava acompanhado da esposa Fernanda Bolsonaro, participou de um culto na igreja Celeiro, do pastor José Maurício Fernandes, conhecido como Paizão.

Flávio está nos Estados Unidos desde quarta-feira. Ele fugiu do Brasil após ser derrotado nas urnas, questionar o resultado das eleições e dizer que pediria a anulação do pleito. Já nos EUA, divulgou carta de teor golpista em que se dizia o verdadeiro presidente eleito do Brasil.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o pastor Paizão se dirige a Flávio durante o culto deste domingo e afirma: "Não ganhou ou perdeu porque com Jesus você não perde. E, se perder, você está ganhando".

Flávio Bolsonaro afirmou na sexta que sua fuga não é sinal de fraqueza e voltou a insinuar fraude no resultado sem apresentar provas e falou em haver "novas eleições" antes de 2030. Ele alegou ter decidido a fuga para os EUA junto à esposa, Fernanda Bolsonaro.

Ao concretizar a fuga para os Estados Unidos, Flávio repete o pai, Jair Bolsonaro (PL), que foi para os Estados Unidos no final de 2022 sem reconhecer a derrota para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

CELEIRO HOUSE OF PRAYER/REPRODUÇÃO/JC



Flávio foi à igreja Celeiro, do pastor José Maurício Fernandes, o Paizão

Michelle faz postagem em nome de Jair Bolsonaro

A senadora eleita pelo Distrito Federal, Michelle Bolsonaro (PL) se manifestou nesta sexta-feira, em nome de seu marido, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e defendeu aliados como Damares Alves (Republicanos), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Nikolas Ferreira (PL) e o pastor Silas Malafaia. Segundo Michelle, o momento no grupo político é de "união" e não de "procurar culpados".

A ex-primeira-dama disse que o marido é "muito grato pelo empenho e sacrifício que cada um fez em prol da campanha" do senador Flávio Bolsonaro (PL), derrotado no segundo turno das eleições presidenciais, e "se entristece quando vê notícias falsas, atribuindo a ele manifestações mentirosas, que pregam a divisão e apontam injustamente supostos 'culpados'", como Damares, Tarcísio, Nikolas, Malafaia e "outros que estão sendo atacados".

Segundo Michelle, os sentimentos verdadeiros de Bolsonaro pelos aliados são de "respeito, carinho e união".

Na publicação, feita no formato story do Instagram, Michelle afirma que os tempos "são difíceis" e que é preciso refletir antes de agir, e recomenda que o grupo político não caia em "enganações" que provocam "divisão".

Senador pode ter desconto salarial e pedido de cassação

Ao fugir para os Estados Unidos faltando cerca de três meses do fim do mandato no Senado e publicar uma carta se autodeclarando presidente eleito do Brasil, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pode ser submetido a processos de cassação por quebra de decoro parlamentar e desconto no salário.

O regimento interno do Senado prevê desconto proporcional no subsídio de R$ 44 mil a cada sessão à qual o congressista não comparecer e deixar de votar. A cassação do mandato por ausência ocorre quando o senador deixa de comparecer em um terço das sessões no prazo de um ano.

Como faltam cerca de sete semanas para o recesso parlamentar, no dia 22 de dezembro, e cerca de 30 dias úteis de sessões, que ocorrem de segunda a quinta-feira, não haverá tempo hábil para contabilizar as faltas necessárias para a cassação. Deputados federais do PSOL protocolaram pedido de cassação de Flávio Bolsonaro ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) na terça-feira passada. No documento, os congressistas Sâmia Bomfim, Glauber Braga e Fernanda Melchionna, entre outros, pediram a investigação de abandono de cargo.

O mandato do senador do PL custa cerca de R$ 400 mil aos cofres federais, o que representa um gasto de R$ 1,2 milhão referente aos seus três últimos meses como parlamentar. Além do salário de R$ 44.008,52 por mês, o congressista tem direito a R$ 345 mil mensais como verba de gabinete para custear 16 funcionários no gabinete e mais cinco pessoas no escritório político.